



**ESAF**  
**Escola de Administração Fazendária**

Missão: *Desenvolver pessoas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania.*

**ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil**

**CONCURSO PÚBLICO**

Edital ESAF n. 76, de 04/12/2015

**Cargo:**

**ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL**

**Prova Objetiva 2**

**ÁREA 1**

**INSTRUÇÕES**

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.

Nome: \_\_\_\_\_ n. de inscrição: \_\_\_\_\_

2. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto **não** o rasure nem o amasse.
3. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *legível*, para posterior exame grafológico:
4. *“O mundo abre passagem para o homem que sabe para onde está indo.”*
5. **DURAÇÃO DA PROVA: 5 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.

Na prova há **70 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: **a, b, c, d e e.**

6. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta) fabricada em material transparente, toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.

1	2	3	4	5
A	A	A	A	A
<input checked="" type="radio"/>	B	B	B	B
C	C	<input checked="" type="radio"/>	C	C
D	D	D	D	<input checked="" type="radio"/>
E	<input checked="" type="radio"/>	E	E	E

7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
9. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
10. Por motivo de segurança, somente durante os 30 (trinta) minutos que antecederem o término da prova poderão ser copiados seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 10.7 do edital regulador do concurso.
11. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 1 (uma) hora do início da prova. A não observância dessa exigência acarretará sua exclusão do concurso.
12. Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

**Boa prova!**

## LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Considerando o Decreto n. 7.871/2012, que dispõe sobre as condições de delegação da exploração de aeródromos civis públicos por meio de autorização, responda às questões de 1 a 5.

- 1- O deferimento de requerimento de autorização para exploração de aeródromo civil público é competência da(o)
  - a) ANAC.
  - b) Presidência da República.
  - c) titular da Secretaria de Aviação Civil.
  - d) Comando da Aeronáutica.
  - e) INFRAERO.
- 2- Combinado com a Lei n. 7.565/1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, assinale a opção que não representa operação de serviço passível de delegação de exploração por autorização.
  - a) Serviço aéreo privado de publicidade aérea de qualquer natureza.
  - b) Serviço aéreo privado de provocação artificial de chuvas ou modificação de clima.
  - c) Atividades aéreas de recreio ou desportivas sem remuneração.
  - d) Transporte aéreo público.
  - e) Táxi-aéreo.
- 3- O requerente da autorização deverá obter junto à ANAC a homologação para a abertura ao tráfego no prazo de
  - a) trinta e seis meses, contado da data de apresentação do requerimento, prorrogável por no máximo trinta e seis meses.
  - b) trinta e seis meses, contado da data de publicação do termo de autorização no Diário Oficial da União, sem prorrogação.
  - c) doze meses, contado da data de publicação do termo de autorização no Diário Oficial da União, prorrogável por no máximo doze meses.
  - d) doze meses, contado da data de apresentação do requerimento, sem prorrogação.
  - e) trinta e seis meses, contado da data de publicação do termo de autorização no Diário Oficial da União, prorrogável por no máximo trinta e seis meses.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

- 4- Com relação às condições de exploração de aeródromos civis públicos por meio de autorização, assinale a opção correta.
  - a) O direito adquirido à permanência das condições vigentes se dá a partir da data de autorização publicada no Diário Oficial da União, desde que o autorizatário observe as condições definidas em lei ou a regulamentação.
  - b) O autorizatário deverá comunicar previamente à ANAC a alteração do seu controle societário ou da titularidade do direito real que possua sobre os imóveis que constituirão o sítio aeroportuário, incluídos faixas de domínio, edificações e terrenos relacionados à exploração do aeródromo.
  - c) Após autorizar a exploração do aeródromo civil público, o Poder Público garante equilíbrio econômico financeiro ao autorizatário.
  - d) Prover meios para garantir as operações de todos os tipos de aeronave é uma das condições para o requerente obter a autorização de exploração econômica de um aeródromo civil público, com vistas a garantir que não haverá restrições operacionais.
  - e) Em caso de restrição da capacidade de tráfego aéreo, os aeródromos explorados por meio de autorização podem demandar tráfego de forma equitativa com os aeródromos explorados diretamente pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, por empresas da administração indireta ou suas subsidiárias ou por concessionária.
- 5- Com relação à extinção do termo de autorização, assinale a opção correta.
  - a) É indispensável procedimento prévio para a extinção da autorização por revogação, cassação, caducidade ou anulação, em que se assegura o contraditório e a ampla defesa.
  - b) A extinção da autorização de exploração por caducidade se dá em caso de perda das condições indispensáveis à autorização.
  - c) A extinção da autorização de exploração por revogação se dá em caso de descumprimento reiterado de compromissos assumidos ou de descumprimento de obrigações legais ou regulamentares por parte do autorizatário.
  - d) A extinção da autorização de exploração por cassação é levada a termo judicial ou administrativamente em caso de irregularidade insanável da autorização.
  - e) A homologação do aeródromo permanece após a extinção do termo de autorização expedido pela ANAC até que nova autorização seja requerida.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

- 6- Alguns princípios e regras norteiam a interpretação das normas constitucionais. Neste sentido, é incorreto afirmar:
- a) ante a força normativa da Constituição, entre as interpretações possíveis, deve ser adotada aquela que garanta maior eficácia, aplicabilidade e permanência das normas constitucionais.
  - b) ao se exigir a coordenação e a combinação dos bens jurídicos em conflito de forma que se evite o sacrifício total de uns em relação aos outros, observa-se o princípio da harmonização.
  - c) pelo princípio da unidade da Constituição, a interpretação constitucional deve ser realizada de maneira que sejam evitadas contradições entre suas normas.
  - d) os preceitos constitucionais devem ser interpretados explicitamente, pois, apesar da existência de princípios implícitos, o verdadeiro significado da norma é extraído da interpretação explícita.
  - e) com base no princípio do efeito integrador, na resolução dos problemas jurídico-constitucionais, deverá ser dada maior primazia aos critérios favorecedores da integração política e social, bem como ao reforço da unidade política.
- 7- Considerando as normas constitucionais a respeito do processo legislativo, é correto afirmar:
- a) matéria de direito civil não pode ser objeto de normatização por meio de medidas provisórias.
  - b) possui efeito repristinatório sobre o direito com ela colidente a não conversão da medida provisória, de acordo com o Supremo Tribunal Federal.
  - c) encaminhado projeto de lei pelo Poder Legislativo e em não sendo sancionado pelo chefe do Poder Executivo no prazo constitucional de quinze dias, referido projeto caduca, ante a inexistência de forma silente de sanção.
  - d) pode ocorrer promoção de proposta de emenda constitucional, segundo a Constituição Federal, por meio de iniciativa popular, sem restrição de matérias.
  - e) para que seja iniciado, deverá ser proposto junto à Mesa, no Senado Federal, projeto de lei de iniciativa do STF e tribunais superiores.
- 8- Em relação à competência e à composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é correto afirmar:
- a) é composto por dois membros do Ministério Público estadual, escolhidos pelo Procurador-Geral da República.
  - b) é o órgão competente para processar e julgar as ações penais propostas em face de seus conselheiros.
  - c) não é legitimado a propor ação direta de constitucionalidade.
  - d) é composto por um advogado indicado pelo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados.
  - e) é o órgão competente para processar e julgar as ações em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados.
- 9- Acerca das Funções Essenciais à Justiça, nos termos da Constituição Federal, assinale a opção correta.
- a) Não está sujeita a nova arguição e aprovação pelo Senado Federal a recondução, ou reconduções, do Procurador-Geral da República.
  - b) A escolha do Advogado-Geral da União é de livre nomeação do Presidente da República, o qual deve ser integrante do quadro da Advocacia-Geral da União e ter seu nome submetido à aprovação do Senado Federal.
  - c) A unidade, a indivisibilidade, a independência funcional e a inamovibilidade são princípios institucionais da Defensoria Pública.
  - d) Cabe à Procuradoria-Geral da República a representação da União na execução da dívida ativa de natureza tributária.
  - e) Somente mediante prévia autorização por maioria absoluta do Senado Federal é que pode ocorrer a destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República.

10- O Estado regulador é o novo modelo do Estado contemporâneo, o qual se afastou da prestação efetiva de diversas atividades, transferindo-as aos particulares, sem, contudo, abandonar totalmente referidos setores, uma vez que neles permaneceu, regulando a conduta privada. Neste contexto, as agências reguladoras têm alcançado um papel de destaque no cenário nacional. Destarte, são características do Estado regulador, exceto:

- a) a presença do Estado no domínio econômico deixa de privilegiar a competência regulatória, uma vez que a livre iniciativa é princípio que norteia a ordem econômica no Brasil.
- b) a liberação de atividades até então monopolizadas pelo Estado a fim de propiciar a disputa pelos particulares em regime de mercado.
- c) a institucionalização de mecanismos de disciplina permanente das atividades reguladas.
- d) a atuação regulatória do Estado se norteia não apenas para atenuar ou eliminar os defeitos do mercado, mas também para realizar certos valores de natureza política ou social.
- e) a transferência para a iniciativa privada de atividades desenvolvidas pelo Estado, desde que dotadas de forte cunho de racionalidade econômica.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** *É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).*

## DIREITO ADMINISTRATIVO

11- Determinado ato administrativo interministerial tem o escopo de autorizar a contratação de duzentos profissionais para atuarem em pessoa jurídica de direito público da administração federal.

O ato foi praticado mediante assentamento expresso de que era crescente o número de demandas e enorme passivo de procedimentos administrativos a serem analisados, da existência de disponibilidade orçamentária para seu custeio e da comprovação de que as atividades a serem desempenhadas, ainda que permanentes, eram de natureza temporária para suprir interesse público relevante.

A respeito da situação concreta acima narrada e tendo em mente a legislação aplicável ao caso e a jurisprudência dos tribunais superiores, analise as afirmativas abaixo classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas (F) para, ao final, eleger a opção que contenha a sequência correta.

- ( ) A necessidade circunstancial agregada ao excepcional interesse público na prestação de serviço para o qual a contratação se afigura premente autoriza a contratação nos moldes do art. 37, inciso IX da Constituição da República Federativa do Brasil.
  - ( ) A contratação temporária de pessoal direcionada para suprimento de atividades finalísticas da contratante por si só viola o princípio do concurso público.
  - ( ) A utilização da contratação temporária de que trata o inciso IX do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil é válida inclusive para funções meramente burocráticas.
  - ( ) Os contratados para exercer a função pública remunerada temporária firmarão contrato de trabalho propriamente dito com a pessoa jurídica contratante.
  - ( ) A administração pública deve demonstrar que a adoção do serviço extraordinário previsto no art. 74 da Lei n. 8.112/90 não atende ao interesse público a que se visa satisfazer com a contratação temporária.
- a) V, V, F, F, V  
b) V, V, V, F, F  
c) F, V, F, F, V  
d) F, V, F, V, V  
e) V, F, V, V, F

12- A respeito do regime diferenciado de contratações, analise as afirmativas abaixo classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas (F) para, ao final, assinalar a opção que contenha a sequência correta.

- ( ) Na contratação integrada é o próprio contratado quem elabora o projeto executivo e também o projeto básico.
  - ( ) O critério de julgamento técnica e preço é obrigatório quando da realização de contratação integrada.
  - ( ) Nas licitações efetuadas sob o regime diferenciado de contratações, a regra geral é a habilitação ocorrer depois do julgamento.
  - ( ) Devido ao seu conteúdo específico, a Lei n. 12.462/2011 aplica-se apenas à União, sendo, portanto, uma lei federal.
- a) F, V, V, V  
b) V, V, V, F  
c) F, V, V, F  
d) F, F, V, V  
e) V, F, V, F

13- A respeito dos convênios, dos contratos de repasse e dos termos de execução descentralizada na administração pública federal, assinale a opção correta.

- a) É delegável a competência do Ministro de Estado ou do dirigente máximo da entidade da administração pública federal concedente para a assinatura dos convênios e dos contratos de repasse.
- b) Para que o conveniente possa receber os recursos federais, será dele exigida uma contrapartida, sempre financeira, a qual corresponderá à sua participação econômica na consecução do objeto do convênio.
- c) A inadimplência da entidade privada conveniente em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais transfere de forma subsidiária à administração pública concedente a responsabilidade pelo seu pagamento.
- d) A celebração de convênio ou contrato de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos deverá ser precedida de chamamento público, que deverá ser sempre realizado pelo órgão ou pela entidade concedente, visando à seleção de projetos ou entidades que tornem mais eficaz o objeto do ajuste.
- e) A aquisição de produtos e a contratação de serviços com recursos da União transferidos a entidades privadas sem fins lucrativos deverão observar os princípios da impessoalidade, da moralidade e da economicidade, não se exigindo, porém, a realização de licitação, que poderá ser substituída por cotação prévia de preços no mercado antes da celebração do contrato.

14- Acerca dos bens públicos, analise as afirmativas abaixo classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas (F) para, ao final, selecionar a opção que contenha a sequência correta.

- ( ) Somente são bens públicos os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público.
  - ( ) Os bens das pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração pública não são bens públicos, embora possam estar sujeitos a regras próprias do regime jurídico dos bens públicos quando estiverem sendo utilizados na prestação de um serviço público.
  - ( ) A inalienabilidade dos bens públicos não é absoluta.
  - ( ) Embora os bens públicos sejam impenhoráveis, é possível, em hipóteses constitucionalmente previstas, ocorrer o sequestro de valores necessários à satisfação de dívidas constantes de precatórios judiciais.
- a) V, V, V, F
  - b) V, V, V, V
  - c) F, F, V, V
  - d) V, V, F, F
  - e) V, V, F, V

15- Assinale a opção correta.

- a) O poder das agências de regular determinado segmento de mercado inclui-se no poder regulamentar conferido ao Poder Executivo.
- b) Na definição das potestades conferidas às agências reguladoras, inclui-se a definição e a formulação de políticas públicas.
- c) Atividades que envolvem o exercício do poder de polícia com a aplicação de sanções não podem ser atribuídas, nem mesmo por lei, a pessoas jurídicas de direito privado, portanto a atividade regulatória pressupõe o exercício por pessoa jurídica de direito público.
- d) A autarquia pode ser desqualificada de agência reguladora caso ela descumpra exigências estabelecidas na legislação ou no contrato de gestão.
- e) Uma agência reguladora nunca poderá ser qualificada como agência executiva.

## DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

16- No que concerne aos contratos, é correto afirmar:

- a) no contrato de transporte de pessoas, o transportador responde por danos causados às pessoas transportadas e suas bagagens, sendo abusiva cláusula que fixe o limite da indenização.
- b) o comodato é um empréstimo de coisas fungíveis, o qual se perfaz com a tradição do objeto, transferindo-se o domínio da coisa emprestada ao comodatário.
- c) independentemente do regime de casamento, são vedadas a compra e a venda de bens entre os cônjuges, a fim de evitar lesão a direito de terceiros.
- d) faz-se necessária a prova da ocorrência de prejuízo com a inexecução do contrato ou inadimplemento da obrigação, a fim de que a pena convencional tenha efeito *pleno iure*.
- e) o direito de retrato é cessível e transmissível a herdeiros e legatários.

17- Em se tratando das pessoas naturais e das pessoas jurídicas, de acordo com o disposto no Código Civil Brasileiro, julgue os itens a seguir como certos ou errados.

- I. As associações constituem-se pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos, estipulando, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.
- II. O juiz pode suprir, após o prazo legal, a denegação do Ministério Público quanto à aprovação de estatuto de fundação.
- III. Não se declarará a ausência da pessoa que deixar mandatário, ainda que este não queria exercer o mandato, oportunidade na qual poderá o juiz, a requerimento, designar outro mandatário.
- IV. Ante a existência de relação de emprego, se em função dela o menor com 16 anos completos tiver economia própria, cessará para ele a incapacidade.
- V. São considerados relativamente incapazes os ébrios eventuais e os pródigos.

Assinale a opção em que os itens estão incorretos.

- a) IV e V
- b) II e III
- c) I e IV
- d) III e V
- e) I e II

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

18- A respeito do negócio jurídico, ante o disposto no Código Civil Brasileiro, é correto afirmar:

- a) considera-se Encargo a cláusula que deriva exclusivamente da vontade das partes, subordinando o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- b) permite-se a prática de ato destinado à conservação de um direito, nos casos de condição resolutiva, ao titular do direito eventual.
- c) a renúncia aos negócios jurídicos benéficos interpreta-se ampliativamente, visto que benevolentes.
- d) apresenta-se como defeito do negócio jurídico o falso motivo, o qual vicia a declaração de vontade, sendo ou não razão determinante.
- e) o dolo acidental obriga à satisfação das perdas e danos, lucros cessantes e emergentes.

19- Assinale a opção em que é cabível a interposição de embargos infringentes.

- a) Contra acórdão não unânime que acolhe ação rescisória.
- b) Contra acórdão unânime proferido em grau de apelação.
- c) Contra acórdão não unânime proferido em agravo de instrumento.
- d) Contra acórdão não unânime que rejeita ação rescisória.
- e) Contra acórdão unânime que acolhe ação rescisória.

20- Extingue-se o processo com resolução de mérito

- a) quando o autor desistir da ação.
- b) quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal.
- c) quando o autor renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação.
- d) pela convenção de arbitragem.
- e) quando o juiz acolher a alegação de perempção.

## DIREITO EMPRESARIAL

21- Sobre as operações societárias na Lei n. 6.404/1976, assinale a opção incorreta.

- a) A cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a versão.
- b) A companhia extingue-se pela fusão.
- c) Para a transformação da sociedade, é necessária a aprovação de acionistas que representem, no mínimo, metade das ações com direito a voto.
- d) A incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.
- e) A transformação não prejudicará, em caso algum, os direitos dos credores, que continuarão, até o pagamento integral dos seus créditos, com as mesmas garantias que o tipo anterior de sociedade lhes oferecia.

22- A respeito de sociedades coligadas, controladoras e controladas na Lei n. 6.404/1976, assinale a opção correta.

- a) São coligadas as sociedades quando uma participa, com 10% ou mais, do capital da outra.
- b) Das demonstrações financeiras consolidadas, constarão as participações de uma sociedade em outra.
- c) As ações do capital da controladora, de propriedade da controlada, terão suspenso o direito de voto.
- d) Considera-se controlada a sociedade na qual a controladora, diretamente ou por intermédio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger, ao menos, um dos administradores.
- e) O relatório anual da administração não precisa relacionar os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas.

23- Sobre a recuperação judicial, assinale a opção incorreta.

- a) Os credores do devedor em recuperação judicial conservam seus direitos e privilégios contra os coobrigados, os fiadores e os obrigados de regresso.
- b) Nos créditos em moeda estrangeira, a variação cambial será conservada como parâmetro de indexação da correspondente obrigação e só poderá ser afastada se o credor titular do respectivo crédito aprovar expressamente previsão diversa no plano de recuperação judicial.
- c) Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais.
- d) As obrigações anteriores à recuperação judicial observarão as condições originalmente contratadas ou definidas em lei, inclusive no que diz respeito aos encargos, salvo se de modo diverso ficar estabelecido no plano de recuperação judicial.
- e) Ao deferir o processamento da recuperação judicial, o juiz determinará a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, inclusive para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

24- Assinale a opção em que todas as sociedades mencionadas são empresárias, independentemente de seus objetos.

- a) Sociedade em nome coletivo, companhia e sociedade em comum.
- b) Sociedade em comandita simples e sociedade em nome coletivo.
- c) Sociedade de economia mista, sociedade limitada e sociedade simples.
- d) Sociedade limitada, sociedade simples e sociedade cooperativa.
- e) Sociedade anônima e sociedade de economia mista.

25- Todas as hipóteses abaixo são de decretação de falência, exceto:

- a) sem relevante razão de direito, o devedor não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a quarenta salários mínimos na data do pedido de falência.
- b) o devedor dá ou reforça garantia a credor por dívida contraída anteriormente sem ficar com bens livres e desembaraçados suficientes para saldar seu passivo.
- c) o devedor procede à liquidação precipitada de seus ativos ou lança mão de meio ruinoso ou fraudulento para realizar pagamentos.
- d) o devedor transfere estabelecimento a terceiro, credor ou não, mesmo havendo o consentimento de todos os credores e ele ficando com bens suficientes para solver seu passivo.
- e) o devedor ausenta-se sem deixar representante habilitado e com recursos suficientes para pagar os credores, abandona estabelecimento ou tenta ocultar-se de seu domicílio, do local de sua sede ou de seu principal estabelecimento.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** *É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).*

## DIREITO ECONÔMICO E DO CONSUMIDOR

- 26- Acerca da responsabilidade na prestação de serviços, com base no Código de Defesa do Consumidor, assinale a opção correta.
- O importador será responsabilizado, ainda quando provar a culpa exclusiva de terceiro, ante a responsabilidade solidária nas relações de consumo.
  - O comerciante não será responsabilizado quando o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante.
  - O fornecedor de serviços responde, mediante comprovação de culpa, por eventual dano causado ao consumidor por informação insuficiente sobre sua fruição.
  - A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.
  - O serviço é considerado defeituoso quando houver adoção de novas técnicas.
- 27- Um consumidor presenteou sua filha com um aparelho celular no Natal e constatou, ao presentear-lá, que uma tecla do aparelho não estava funcionando. Após contatar com a loja, foi encaminhado a uma das autorizadas. Com base na legislação pertinente, o consumidor poderá exigir do comerciante, primeiramente:
- o dinheiro de volta.
  - o conserto do produto no prazo máximo de 30 dias.
  - um produto idêntico emprestado enquanto durar o conserto.
  - a substituição do produto por outro da mesma espécie.
  - o abatimento proporcional do preço.
- 28- Considerando o exposto no Código do Consumidor e a desconsideração da personalidade jurídica:
- as sociedades coligadas são solidariamente responsáveis com as sociedades controladas.
  - as sociedades coligadas respondem somente por dolo quando atuar em conjunto com as sociedades consorciadas.
  - as sociedades coligadas são solidariamente responsáveis com as consorciadas pelos danos causados aos consumidores.
  - as sociedades coligadas são subsidiariamente responsáveis por danos causados aos consumidores.
  - as sociedades coligadas somente responderão por culpa.
- 29- Além das sanções de natureza civil e penal, estão sujeitos às sanções administrativas, o fornecedor de produto que tenha cometido infração ao direito do consumidor. Assim, com base no disposto no Código do Consumidor, não se trata de sanção administrativa:
- cassação de licença do estabelecimento.
  - imposição de contrapropaganda.
  - prisão administrativa do responsável.
  - suspensão de fornecimento de produto.
  - proibição de fabricação do produto.
- 30- Considere que em uma festa de casamento, a explosão de uma garrafa de Champagne atinja os noivos e alguns convidados, causando-lhes danos. Destarte, com base nos dispositivos contidos no Código do Consumidor, marque a opção correta.
- Responderá de forma objetiva pelos danos causados, o importador que será considerado fornecedor presumido, caso o Champagne seja importado.
  - A responsabilidade do comerciante será afastada se for comprovado que o dano decorreu de defeito de informação no produto.
  - O fabricante do produto somente será acionado judicialmente, caso se demonstre a conduta culposa.
  - O comerciante responderá de forma solidária pelos danos causados aos atingidos.
  - A responsabilidade do fabricante será excluída caso os consumidores não comprovem defeito na fabricação do produto.
- 31- Considerando a legislação que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (Lei n. 12.529/2011), não será considerada infração cometida contra a ordem econômica:
- criar dificuldades a financiador de bens ou serviços.
  - reter bens de produção para garantir a cobertura dos custos de produção.
  - cessar parcialmente as atividades da empresa sem justa causa comprovada.
  - discriminar fornecedores de bens por meio da fixação diferenciada de preços.
  - conceder exclusividade para divulgação de publicidade nos meios de comunicação de massa.
- 32- Conforme disposto, expressamente, no texto Constitucional da Constituição Federal, a ordem econômica observa princípios específicos, exceto:
- livre concorrência.
  - redução das desigualdades regionais e sociais.
  - busca do pleno emprego.
  - função social da propriedade.
  - dignidade da pessoa humana.

- 33- Entre as modalidades de intervenção do Estado no domínio econômico, a Constituição Federal estabelece a exploração direta da União por meio de monopólio. Assim, constitui monopólio da União, exceto:
- a) a pesquisa de gás natural.
  - b) a lavra de hidrocarbonetos fluidos.
  - c) a lavra das jazidas de ouro.
  - d) a pesquisa de derivados de minerais nucleares.
  - e) o transporte marítimo dos derivados básicos do petróleo produzido no país.
- 34- Em relação à intervenção do Estado no domínio econômico, bem como ao disposto no texto constitucional, marque a opção correta.
- a) A economia capitalista pode ter seus efeitos mitigados pelo estado de bem-estar social, situação em que se faz necessária a intervenção estatal.
  - b) Independentemente de o Estado promover a livre iniciativa, a livre concorrência é garantida.
  - c) Por meio da atividade de intervenção fiscalizatória o Estado visa a regular previamente a atividade econômica, normatizando-a.
  - d) O Estado não pode ser considerado um dos sujeitos econômicos, ainda que desenvolva atividade econômica, ante a função social que desempenha.
  - e) É vedado à União contratar empresa privada para realizar atividade de lavra das jazidas de petróleo em território nacional.
- 35- Considerando a repressão ao abuso do poder econômico, a fim de proteger a livre concorrência, conforme disposição legal, as penas aplicadas não levarão em consideração:
- a) a boa fé do infrator.
  - b) a situação econômica do infrator.
  - c) o perigo de lesão à livre concorrência.
  - d) os efeitos positivos produzidos no mercado.
  - e) a vantagem pretendida pelo infrator.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** *É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).*

## DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

36- Considerando o regramento dos tratados internacionais na Convenção de Viena, assinale a opção correta.

- a) Reserva é um ato bilateral ou multilateral pelo qual se expressa a objeção em relação a certo dispositivo de um tratado internacional.
- b) Denúncia é a expressão de objeção de um Estado a certo dispositivo de um tratado internacional.
- c) Denúncia é a expressão de consentimento de um Estado a um tratado internacional.
- d) Reserva é a declaração unilateral do Estado para excluir ou modificar o efeito jurídico, em relação a esse mesmo Estado, de certas disposições de um tratado internacional.
- e) Denúncia é um dos tipos de vício do consentimento estatal capaz de gerar a anulação da expressão de sua vontade.

37- Acerca da disciplina dos tratados de direitos humanos, assinale a opção correta.

- a) O tratado de direitos humanos aprovado nas duas Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos, é equivalente a emendas constitucionais.
- b) O processo de incorporação e aprovação dos tratados de direitos humanos no Congresso Nacional não difere dos tratados sobre aviação civil em relação ao necessário quórum de aprovação.
- c) Na hipótese de conflito entre lei ordinária e tratado de direitos humanos incorporado em conformidade com a atual disposição constitucional, deve prevalecer a norma mais recente.
- d) A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados de 1969 afirma que os tratados internacionais podem ser celebrados por escrito ou verbalmente.
- e) O tratado de direitos humanos, aprovado em dois turnos e por três quintos dos votos de cada Casa do Congresso Nacional, equivale à lei ordinária.

38- A respeito de tratados internacionais, assinale a opção correta.

- a) Havendo conflito entre tratados de um mesmo tema e provenientes de uma mesma fonte de produção normativa (bilateral entre os mesmos Estados ou de uma mesma organização internacional), prevalece o texto mais recente.
- b) Havendo conflito entre tratados de um mesmo tema e provenientes de diferentes fontes de produção normativa, a regra de Direito Internacional impõe a aplicação do texto mais recente.
- c) Havendo conflito entre tratados de diferentes fontes de produção normativa, a regra de Direito Internacional impõe a prevalência do texto multilateral sobre o bilateral.
- d) Havendo conflito entre tratados de mesma fonte de produção normativa, prevalece o texto mais antigo por ser a expressão originária do consentimento internacional.
- e) Havendo conflito entre lei ordinária anterior e tratado posterior, a prevalência é da lei ordinária.

39- Assinale a opção correta.

- a) A Convenção de Viena de Direito dos Tratados estabelece que entre a data da mera assinatura do tratado e sua entrada em vigor o Estado deve abster-se da prática de atos que frustrem o objeto e a finalidade do texto.
- b) O costume internacional por não ser norma escrita não é considerado fonte do Direito Internacional.
- c) As organizações internacionais não se confundem com os Estados e, por isso, não possuem personalidade jurídica no Direito Internacional.
- d) As aeronaves civis podem ter a nacionalidade do Estado no qual elas são matriculadas, bem como a nacionalidade do Estado onde trafegam com maior frequência.
- e) O Superior Tribunal de Justiça deve dar reconhecimento às decisões judiciais estrangeiras ofensivas à ordem pública brasileira em função do princípio do respeito às decisões judiciais estrangeiras.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** *É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).*

- 40- Assinale a opção incorreta.
- a) Com o advento da capacidade postulatória do indivíduo em tribunais internacionais para a proteção dos direitos humanos, pode-se afirmar que os indivíduos são hoje sujeitos de Direito Internacional ao lado dos Estados e das organizações internacionais.
  - b) As organizações internacionais possuem competências normativas dirigidas ao exterior, podendo mesmo editar regulamentos que devem ser obedecidos pelos Estados membros.
  - c) Em uma situação jurídica com um elemento estrangeiro significativo, é possível que a norma de Direito Internacional Privado brasileira indique a aplicação de lei estrangeira.
  - d) São fontes de Direito Internacional, de acordo com o Estatuto da Corte Internacional de Justiça, os tratados, os costumes e os princípios gerais de Direito, sendo meios auxiliares a jurisprudência e a doutrina e, sob certas condições, a equidade.
  - e) No sistema brasileiro perde-se a nacionalidade brasileira, originária ou derivada, pelo reconhecimento de nacionalidade estrangeira originária.
- 41- Em conformidade com a disciplina do Direito da Aviação Civil Internacional, assinale a opção incorreta.
- a) Toda aeronave civil pode possuir mais de uma única nacionalidade, determinada por seu registro ou sua matrícula.
  - b) No âmbito da Organização da Aviação Civil Internacional, as aeronaves civis possuem direito de passagem inofensiva ou inocente pelo espaço aéreo de países que não são o de sua nacionalidade.
  - c) O domínio da soberania estatal se estende sobre o espaço aéreo acima dos limites do território e acima do mar territorial, ressalvada a disciplina do espaço exterior.
  - d) São consideradas aeronaves de propriedade do governo aquelas usadas para serviços militares, alfandegários ou policiais.
  - e) Por razões militares ou de segurança pública, os Estados no âmbito da Organização da Aviação Civil Internacional poderão limitar ou proibir de maneira uniforme que as aeronaves de outros Estados voem sobre certas zonas do seu território.
- 42- A respeito da disciplina da nacionalidade brasileira, é correto afirmar:
- a) perde-se a nacionalidade brasileira originária com o casamento com estrangeiro e domicílio no exterior.
  - b) existem cargos privativos de brasileiros natos no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
  - c) perde-se a nacionalidade brasileira derivada com o decurso de prazo sem domicílio no Brasil.
  - d) a lei pode estabelecer distinção justificada entre os brasileiros natos e naturalizados.
  - e) o Brasil não segue o critério da filiação para concessão de nacionalidade originária.
- 43- Se o Brasil celebrar novo tratado sobre transporte aéreo civil internacional, após os procedimentos constitucionais de incorporação desta norma ao sistema jurídico nacional, ela terá hierarquia
- a) de lei complementar.
  - b) de lei ordinária.
  - c) de emenda constitucional.
  - d) formalmente de lei complementar mas materialmente de lei ordinária.
  - e) Depende do quórum de aprovação.
- 44- Supondo que o Brasil tenha celebrado e regularmente incorporado ao sistema jurídico brasileiro um tratado internacional sobre transporte aéreo internacional em 1990, no ano 2000, no Brasil, é promulgada uma lei ordinária que dispõe inversamente ao referido tratado internacional. No caso de conflito entre estas normas, assinale qual das afirmativas abaixo é verdadeira.
- a) A lei brasileira do ano 2000 é nula, não gerando qualquer efeito.
  - b) A lei brasileira do ano 2000 é inconstitucional por contrariar tratado internacional.
  - c) A lei brasileira do ano 2000, por ser posterior, é que prevalece.
  - d) O tratado internacional prevalece em caso de conflito entre lei e tratado.
  - e) O tratado prevalece por ter hierarquia de emenda constitucional.
- 45- Com relação ao objeto do Direito Internacional Privado, assinale a opção correta.
- a) O Direito Internacional Privado é ramo do direito privado, por tratar de questões civis como casamento e herança.
  - b) O principal sujeito do Direito Internacional Privado é o Estado.
  - c) O Direito Internacional Privado é primordialmente estruturado por normas de sobredireito, que estabelecem regras de conexão para a escolha de uma entre as leis em conflito.
  - d) A disciplina da homologação de sentença estrangeira não se inclui no Direito Internacional Privado por ser norma processual.
  - e) O conceito de ordem pública não possui relevância para o Direito Internacional Privado.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

46- São formas de extinção do crédito tributário:

- a) isenção, pagamento, prescrição e moratória.
- b) parcelamento, isenção, transação e compensação.
- c) decadência, isenção, remissão e decisão judicial passada em julgado.
- d) pagamento, prescrição, remissão e compensação.
- e) anistia, transação, dação em pagamento e isenção.

47- Assinale a opção correta quanto às assertivas abaixo:

- I. A obrigação tributária principal decorre do lançamento e tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
  - II. A obrigação tributária acessória surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto as prestações positivas ou negativas nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
  - III. A inobservância da obrigação tributária acessória a converte em obrigação tributária principal relativamente à penalidade pecuniária.
- a) Todas são verdadeiras.
  - b) Somente a I é verdadeira.
  - c) Somente as assertivas I e II são verdadeiras.
  - d) Todas são falsas.
  - e) Somente a assertiva III é verdadeira.

48- A Constituição Federal estabelece taxativamente a competência tributária de cada ente político, dessa forma, relativamente ao assunto, podemos dizer:

- a) o exercício por um ente político de competência atribuída constitucionalmente a outro é possível havendo acordo entre os entes políticos envolvidos.
- b) a competência pode ser exercida a qualquer tempo, não sendo limitada a prazo.
- c) o não exercício da competência pode acarretar sua transferência a outro ente político independentemente de acordo prévio nesse sentido.
- d) a competência para a instituição do imposto extraordinário é exclusiva dos estados e dos municípios.
- e) no tocante aos impostos, o exercício da competência é partilhado entre os entes políticos.

49- Quanto à imunidade tributária, assinale a opção correta.

- a) Os templos de qualquer culto são imunes a todos os tributos.
- b) A imunidade dos partidos políticos alcança impostos e taxas.
- c) A imunidade das entidades educacionais é descaracterizada pela cobrança de mensalidades.
- d) A imunidade dos livros, dos jornais e dos periódicos é subjetiva.
- e) O sujeito passivo imune não é dispensado do cumprimento de obrigações acessórias.

50- Pode ser remunerado por taxa o serviço de

- a) iluminação pública.
- b) coleta de lixo.
- c) segurança pública.
- d) limpeza pública de vias e logradouros.
- e) saúde pública.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

## GESTÃO GOVERNAMENTAL

51- A nova gestão pública orientada para resultados caracteriza-se por atributos que são essenciais ao alcance dos efeitos pretendidos. A respeito dessa abordagem, analise as afirmativas abaixo, classificando-as em verdadeiras (V) e falsas (F) e, em seguida, assinale a opção que contenha a sequência correta.

- ( ) A gestão pública por resultados deve ser dinâmica, no sentido de não apenas definir os efeitos desejados, mas alcançá-los, monitorá-los e avaliá-los.
- ( ) A nova gestão pública, orientada para os resultados, busca promover a eficiência, a eficácia e a efetividade dos processos organizacionais.
- ( ) A nova gestão pública, ao preservar o caráter rígido da administração burocrática, introduz novas práticas gerenciais, direcionadas à criação de condições para elevar o controle social sobre o gestor público.
- a) V, F, V  
b) F, V, V  
c) V, V, F  
d) F, F, V  
e) F, V, F

52- Conforme Lima, P.D (2007), o Modelo de Excelência em Gestão Pública (GESPÚBLICA) tem a missão de aumentar a competitividade do país, focando a excelência da prestação dos serviços públicos aos cidadãos. Este modelo é a principal referência para as organizações públicas que pretendem aperfeiçoar sua gestão. Os critérios definidos pelo GESPÚBLICA para a melhoria da gestão das organizações públicas são:

- a) Liderança; Estratégias e Planos; Cidadãos; Sociedade; Informação e Conhecimento; Pessoas; Processos e Resultados.
- b) Economicidade; Publicidade; Impessoalidade; Moralidade e Eficiência.
- c) Excelência dirigida ao cidadão; Gestão participativa; Gestão baseada em processos e informação; Valorização das pessoas e Controle Social.
- d) Liderança; Estratégias e Planos; Informação e Conhecimento; Pessoas; Processos e Resultados.
- e) Planejamento; Pessoas e Processos, Informações e Resultados.

53- Faça uma correlação entre as colunas I e II da tabela abaixo e, em seguida, assinale a opção que contenha a sequência correta para a coluna II.

I	II
1. Elaboração do projeto de Lei Orçamentária	( ) Unidade Orçamentária
2. Análise e aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias	( ) Congresso Nacional
3. Execução do orçamento	( ) Órgão Central de Planejamento
4. Elaboração da Proposta de Programação Financeira	( ) Órgão Central de Contabilidade

- a) 1, 3, 4, 2  
b) 3, 2, 1, 4  
c) 3, 1, 2, 4  
d) 2, 3, 4, 1  
e) 1, 3, 2, 4

54- A respeito da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), pode-se afirmar que:

- I. Inclui as metas e as prioridades da administração pública federal, a despesa de capital para o exercício financeiro subsequente, serve para orientar a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- II. As emendas destinadas à modificação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) só poderão ser aprovadas se forem incompatíveis com o plano plurianual.
- III. A elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias é de iniciativa do Poder Legislativo.
- IV. A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Assinale a opção correta.

- a) Todas são verdadeiras.  
b) A I é verdadeira, a II e III são falsas.  
c) A I é falsa, a II e a III são verdadeiras.  
d) Todas são falsas.  
e) A I, a II e a IV são falsas e a III é verdadeira.

55- A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é o principal instrumento regulador das contas públicas do país. Por esta razão, as organizações públicas apresentam limitações que não são encontradas nas organizações privadas comerciais e industriais. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- I. Não prevê gastos com pessoal, pois são ilimitados.
- II. Permite que, no último ano de mandato, sejam realizados aumentos das despesas estabelecidas nos planejamentos orçamentários com contratação de pessoal.
- III. É um instrumento importante para o planejamento governamental, mas não trouxe nenhuma inovação, mudança institucional ou cultural no trato do gasto público.
- IV. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Assinale a opção correta.

- a) Todas as afirmações são verdadeiras.
- b) A I é verdadeira, a II, III e IV são falsas.
- c) Todas são falsas.
- d) A I, II e III são verdadeiras e a IV é falsa.
- e) A I, II e III são falsas e a IV é verdadeira.

56- As agências reguladoras federais, como autarquias especiais, possuem características diferenciadas das demais autarquias federais. Analise as assertivas abaixo, escolhendo a opção correta.

- I. As agências reguladoras são submetidas ao controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU), mas não são obrigadas à prestação de contas convencional aos órgãos de controle interno.
- II. A ANAC, por ser uma agência reguladora e gozar de independência administrativa, não se submete ao controle do Tribunal de Contas da União, especialmente no que se refere a procedimentos licitatórios no setor de aquisições e compra de serviços para a aviação civil.
- III. A independência política das agências reguladoras é decorrente da nomeação de sua diretoria pelo Poder Executivo, após aprovação do Senado Federal, para o exercício de mandatos fixos e não coincidentes.
  - a) Todas são verdadeiras.
  - b) Somente a III é verdadeira.
  - c) Todas são falsas.
  - d) Somente a II e a III são verdadeiras.
  - e) Somente a I, II e III são verdadeiras.

57- A respeito da elaboração do planejamento organizacional, analise as afirmativas abaixo, classificando-as em verdadeiras (V) e falsas (F), e, em seguida, assinale a opção que contenha a sequência correta.

- ( ) O Planejamento Estratégico Situacional (PES) propõe a avaliação da efetividade de um projeto governamental, analisando sua viabilidade por meio das dimensões de governabilidade e capacidade de governo.
- ( ) Existem três tipos de planejamento: o estratégico, o tático e o operacional.
- ( ) O planejamento estratégico define metas e planos para todos os níveis gerenciais da organização.
- ( ) O elemento do planejamento estratégico que define a razão de ser da organização é denominado missão.
  - a) V, F, V, F
  - b) F, V, F, V
  - c) V, V, F, V
  - d) F, F, V, V
  - e) F, V, F, F

58- Para que uma equipe seja bem-sucedida, são necessários os seguintes elementos, exceto:

- a) clareza na definição das metas a serem alcançadas.
- b) papéis claramente definidos.
- c) procedimentos decisórios a cargo do líder.
- d) comunicação clara.
- e) uso da abordagem científica.

59- Em relação ao trabalho de equipe, analise as afirmativas abaixo e assinale a opção correta.

- a) Um grupo de pessoas que trabalham juntas, de forma coordenada e organizada e com objetivos comuns, constitui uma equipe de trabalho.
- b) O desempenho efetivo de uma equipe pouco depende dos recursos individuais de seus membros. O bom nível de desempenho da equipe depende mais do recurso global constituído pelo grupo.
- c) Para ser eficaz, uma equipe de trabalho deve ter os papéis de seus membros preestabelecidos, por meio de definição clara e objetiva das suas atribuições e competências, de modo que seja restringido o campo de atuação individual de seus membros.
- d) Para obter sucesso com sua equipe, o gerente deve abolir a postura de autoritarismo e agir como parte integrante da equipe.
- e) Para uma boa performance da equipe, é necessário utilizar a abordagem científica, sem plano de trabalho definido.

60- Assinale a opção que não indica um propósito da avaliação de programas governamentais.

- a) Aperfeiçoamento de programas e organizações.
- b) Promoção da *accountability*.
- c) Escolha de alternativas que proporcionem a melhor rentabilidade financeira.
- d) Correção do curso de um programa ou política com vistas a obter melhorias nos processos de execução.
- e) Verificação do alcance dos objetivos com vistas à continuação, à expansão ou à institucionalização de um programa-piloto; assim como corte, finalização ou abandono do programa em execução.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** *É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).*

## GESTÃO ESTRATÉGICA E ECONOMIA DA REGULÇÃO

61- O gerenciamento por projetos requer a utilização de práticas que direcionem os esforços organizacionais a resultados de excelência. Assim, a escolha da metodologia para gerenciamento é parte importante do processo. Entre as diversas metodologias utilizadas, destaca-se a Project Management Body Of Knowledge (PMBOK) (em livre tradução Guia do Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos), desenvolvida pelo Project Management Institute (Instituto de Gerenciamento de Projetos), que consiste em um guia das melhores práticas referentes à gestão de projetos. A respeito desta metodologia, analise as afirmativas abaixo, classificando-as em verdadeiras (V) e falsas (F), e, em seguida, assinale a opção que contenha a sequência correta.

- ( ) Para um projeto obter uma boa performance, é necessária a compreensão de um conjunto de “áreas de conhecimento”, relacionadas à sua gestão, quais sejam, tempo, custo, escopo, comunicação, recursos humanos, riscos, integração, aquisições e qualidade.
- ( ) Um projeto é um empreendimento permanente que objetiva a obtenção de um produto ou serviço.
- ( ) As etapas de um projeto são: iniciação, planejamento, execução, monitoramento e controle e encerramento.

- a) V, F, V
- b) F, V, V
- c) V, V, F
- d) F, F, V
- e) F, V, F

62- Considerando o processo de planejamento estratégico de uma organização, analise as assertivas abaixo e defina qual a opção correta.

- I. A missão é uma orientação atemporal que exprime o propósito, a razão de ser ou o motivo da existência de uma organização.
- II. A missão é uma orientação temporal que exprime o propósito, a razão de ser ou o motivo da existência de uma organização.
- III. A missão é uma orientação temporal que determina aonde a organização deseja chegar.

- a) apenas I e II
- b) apenas II e III
- c) apenas I e III
- d) apenas I
- e) apenas II

63- As formas de regulação da propriedade privada pelo Estado possuem falhas e benefícios potenciais associados. Algumas falhas potenciais desses processos são listadas a seguir. Assinale a opção que é uma falha potencial do processo de regulação executado por agência independente.

- a) Monopólio estatal.
- b) Captura das empresas públicas por políticos e sindicatos.
- c) Orientação dos gestores públicos por metas ambíguas e inconsistentes.
- d) Coordenação débil entre diferentes empresas públicas.
- e) Captura dos reguladores pelas empresas reguladas.

64- Sobre os principais tipos de ação regulatória do Estado na economia, assinale a opção incorreta.

- a) A regulação por estatização é aquela em que o Estado é proprietário de empresas ou setores inteiros da economia.
- b) A regulação central é aquela na qual o Estado centraliza todo o seu poder de autorregulação.
- c) A regulação que abrange as diversas formas de autorregulação, através de arranjos corporativistas.
- d) Na regulação direta, o Estado exerce suas atividades regulatórias por intermédio de órgãos da administração centralizada, quando atuando em um contexto de regime de propriedade privada.
- e) A regulação pública com regime de propriedade privada, baseada na criação de entidades dotadas de autonomia, as agências reguladoras.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

65- Após um período de mais de quinze anos da criação da primeira agência reguladora no Brasil, o debate em torno do exercício da função reguladora do Estado tem se centrado atualmente no aperfeiçoamento da qualidade das normas regulatórias editadas. Considerando a afirmativa anterior, podemos dizer que:

- I. O aperfeiçoamento das normas reguladoras objetiva aumentar a eficiência e a efetividade do processo regulatório, ao mesmo tempo que se busca o fortalecimento e a consolidação dos princípios de boa governança.
- II. A criação do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (PRO-REG) (Decreto n. 6.062/2007) se constitui em um esforço do governo brasileiro no sentido de fortalecer a autonomia, a transparência e o desempenho das agências reguladoras e desenvolver e aperfeiçoar os mecanismos para o exercício do controle social e da transparência no âmbito do processo regulatório brasileiro.
- III. A transparência, a participação social, a prestação de contas e a existência de quadro de pessoal diversificado (comissionados, terceirizados, etc.) e não profissionalizado das agências reguladoras federais brasileiras potencializam o risco de captura dessas entidades pelo estabelecimento de vínculos e compromissos com atores externos à agência.

Assinale a opção correta.

- a) Todas são verdadeiras.
- b) Somente a I é verdadeira.
- c) Todas são falsas.
- d) Somente a II e a III são verdadeiras.
- e) Somente a I e a II são verdadeiras.

66- O novo sistema regulatório brasileiro, criado a partir do surgimento das agências reguladoras, durante a reforma da década de 1990, encontra-se ainda em fase de consolidação. Questionamentos sobre a legitimidade das agências reguladoras são frequentes e refletem o ineditismo desse arranjo para o ajuste de seu desenho institucional e de sua atuação regulatória. Analise as assertivas abaixo e assinale a opção incorreta.

- a) O surgimento de estruturas autônomas de administração para os assuntos de regulação da economia, as agências reguladoras, inaugurou um novo paradigma de intervenção estatal no domínio econômico, notadamente em setores de infraestrutura.
- b) Um problema das agências reguladoras federais é o seu atual quadro diversificado e não profissionalizado, sendo comum nas estruturas das agências cargos comissionados e pessoal contratado por terceirização.
- c) A origem da ideia de que a regulação econômica deve ser exercida por agências com autonomia técnica e decisória reside na preocupação com o problema da captura dos entes reguladores pelos agentes regulados.
- d) A fragmentação da estrutura regulatória do governo brasileiro foi uma das preocupações consideradas ao se pensar na criação das agências reguladoras federais.
- e) O surgimento das agências reguladoras, denominado de “agencificação”, iniciou-se no governo Fernando Henrique Cardoso, como produto da reforma regulatória implementada no país a partir das privatizações ocorridas ao longo da última década do século passado.

67- As duas formas de regulação estatal, propriedade pública e propriedade privada regulada por agência independente, possuem falhas e benefícios potenciais associados. As falhas potenciais desses processos são listadas a seguir. Analise as assertivas abaixo e classifique as falhas decorrentes do processo de regulação por agência independente. A seguir, escolha a opção correta.

- I. Captura das empresas públicas por políticos e sindicatos.
- II. Captura dos reguladores pelas empresas reguladas.
- III. Regulação não competitiva.
- IV. Orientação dos gestores públicos por metas ambíguas e inconsistentes.
- V. Coordenação débil entre diferentes empresas públicas.

São corretos apenas os itens

- a) I, III, V.
- b) II, III.
- c) III, IV, V.
- d) I, II, V.
- e) I, II, I.

68- Todo trabalho importante realizado nas empresas faz parte de um processo (Graham e Le Baron). Não existe um produto ou um serviço oferecido por uma empresa sem um processo empresarial. Neste sentido, são conceitos de processo, exceto:

- a) qualquer atividade ou conjunto de atividades que toma um *input* adiciona valor a ele e fornece um *output* a um cliente específico.
- b) um grupo de atividades realizadas numa sequência lógica com o objetivo de produzir um bem ou um serviço que tem valor específico para um grupo de clientes.
- c) um grupo de atividades que ocorrem ao longo do tempo.
- d) qualquer trabalho que seja recorrente, afete algum aspecto da capacidade da empresa, possa ser realizado de várias maneiras, com resultados diferentes em termos de contribuição que pode gerar com relação a custo, valor, serviço ou qualidade e envolva a coordenação de esforços para sua realização.
- e) um conjunto de atividades operacionais e estratégicas que envolvem diversos níveis organizacionais e a realização de práticas gerenciais da alta gerência.

69- A respeito da teoria do agente principal, analise as afirmativas abaixo, classificando-as em verdadeiras (V) e falsas (F), e, em seguida, assinale a opção que contenha a sequência correta.

- ( ) Essa teoria considera a existência de uma relação entre dois atores, o principal e o agente, sendo o agente aquele indivíduo que emprega uma ou mais empresas para atingir seu objetivo.
  - ( ) Na relação agente principal, pode aparecer uma dificuldade derivada da assimetria de informações, que surge da incapacidade do principal de monitorar as atividades realizadas pelos agentes e esses perseguem suas próprias metas em vez das metas do principal.
  - ( ) A teoria do agente principal se aplica entre os órgãos reguladores e as empresas reguladas, pois os primeiros precisam de informações dos últimos para regular o mercado, e isso sempre envolve assimetria de informação – que pode ser agravada pela evolução tecnológica.
- a) V, F, V
  - b) F, V, V
  - c) V, V, F
  - d) F, F, V
  - e) F, V, F

70- Faça uma correlação entre as colunas I e II da tabela abaixo e, em seguida, assinale a opção que contenha a sequência correta para a coluna II.

I	II
1. Captura dos reguladores pelas empresas reguladas.	( ) Benefício potencial do processo de regulação para as empresas reguladas.
2. Amparo legal para garantir direito do consumidor.	( ) Falha potencial do processo de regulação por agência reguladora.
3. Adoção de medidas para dificultar a entrada de produtos substitutos e complementares.	( ) Benefício potencial do processo de regulação para a sociedade.

- a) 1, 3, 2
- b) 2, 3, 1
- c) 3, 1, 2
- d) 1, 2, 3
- e) 2, 1, 3

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** *É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).*







Escola de Administração Fazendária  
[www.esaf.fazenda.gov.br](http://www.esaf.fazenda.gov.br)